

# JORNAL DO BRASIL

Fundado em 1891

M. F. DO NASCIMENTO BRITO — *Director Presidente*BERNARD DA COSTA CAMPOS — *Director*J. A. DO NASCIMENTO BRITO — *Director Executivo*MAURO GUIMARÃES — *Director*FERNANDO PEDREIRA — *Redator Chefe*MARCOS SÁ CORREA — *Editor*JOSÉ SILVEIRA — *Secretário Executivo*

## Sociedade Patrulhada

O presidente do PMDB, Deputado Ulysses Guimarães, foi à luta contra o Poder Econômico, assim mesmo com iniciais maiúsculas, em defesa de uma pureza eleitoral perdida há muito tempo. A disputa a que se lança fotogenicamente é muito mais um torneio para consumo interno do próprio partido, onde a existência da ala esquerda obriga o cavaleiro a defender uma liderança que já está ameaçada de perto. Num partido dividido entre liberais e radicais, o Deputado Ulysses Guimarães inibiu a esquerda e conteve os liberais, até o PMDB chegar ao poder. Chegou e as condições estão se alterando rapidamente. Quer recuperar o jogo de cintura para uma dança mais rápida.

O lance é para a platéia, mas fortalece os radicais nas futuras eleições: a repulsa do poder econômico na Constituinte é uma farsa, e a própria frase bombástica deixa o cavaleiro no chão: "O homem público tem que representar a sociedade, não o poder econômico". Por acaso o poder econômico a que se refere o presidente do PMDB é o que se aboletou nas empresas públicas? Se se refere aos empresários, é da própria sociedade que fala sem o perceber. Melhor, fingindo que não sabe a diferença entre um e outro. Os empresários privados representam a sociedade, ou o que resta da sociedade. Têm todo o direito de participar das eleições e de apoiar candidatos que assumam o compromisso de defender os princípios da economia de mercado, sem os quais falar em democracia é mentir conscientemente.

O empresário burocrático, que o Sr. Ulysses Guimarães nomeia mas não cita, é que não representa a sociedade, porque está a serviço, e muito bem pago com dinheiro do contribuinte, do Estado que nunca foi interessado em democracia, e continua a fazer tudo para prolongar o autoritarismo por outros meios. Os burocratas das empresas públicas, esses têm a bênção do presidente do PMDB para utilizar o poder econômico estatal na eleição da Constituinte.

A idéia de que a presença de empresários privados, como candidatos ou simples cidadãos-eleitores, possa comprometer a futura Constituinte é um ato de lesa-democracia. Apenas porque podem ajudar a campanha de esclarecimento da sociedade, com recursos que a legislação limita? Se os empresários contribuem é com o seu próprio dinheiro, ao contrário dos burocratas que manipulam recursos de empresas públicas, portanto dinheiro tirado aos contribuintes para outra finalidade. Com o grau de estatização recorde já alcançado na economia brasileira, é aí que está o grande perigo de perversão da vontade eleitoral da sociedade. Silenciar é acumpliciar-se.

Se o Brasil já está dispensado de se comportar como regime autoritário, é **patrulhismo** ideológico a retórica com que o Sr. Ulysses Guimarães brinda à demagogia. Para nos sentirmos numa democracia, ainda que entre monturos de rejeitos autoritários, é indispensável remover os preconceitos e os embustes. Falar em poder econômico, referindo-se a empresários privados e calando sobre burocratas da produtividade ideológica, é mistificação. Todos os brasileiros estão vendo as empresas públicas sendo geridas já em função da Constituinte, com a diferença — política e moral — de que, ao contrário da livre iniciativa, o empreendimento estatal queima dinheiro da socieda-

de. Nisso não há Nova República, e sim a velha praxe, que sustentou o autoritarismo e retardou o quanto pôde a democracia.

Vamos deixar de desconversa. Falemos claro e sem apelos a fantasmas que só existem nos porões e sótãos ideológicos. Porque se é para ressuscitá-los, a eleição será mortífera às instituições. Nada de hipocrisias em matéria de dinheiro em campanhas eleitorais. Por acaso as campanhas passadas tiveram custo zero? De onde provieram os recursos para os candidatos dos partidos, mesmo quando eram dois? Todo mundo sabe que empresários privados e empresários estatais ajudaram indistintamente os candidatos a enfrentar os altos custos da campanha eleitoral.

Enquanto houver um mínimo de capitalismo privado neste país é certo que haverá um mínimo de possibilidade democrática. Não se poderia dizer o mesmo no dia em que o capitalismo de Estado, já predominante na economia, fosse absoluto. A liberdade estaria proscrita da vida econômica e da vida política. Portanto, a disposição dos empresários em, lealmente, contribuir acima dos partidos para ajudar a campanha de candidatos que se comprometem a defender os princípios da economia de mercado, é um ato de fé na democracia.

Por que o Deputado Ulysses Guimarães não propõe, em vez do patrulhamento financeiro e ideológico das eleições, uma contabilidade transparente dos custos eleitorais? A clareza na procedência das contribuições, reconhecidas como ato democrático, daria melhor resultado que o farisaísmo de ocultar uma despesa que sempre é paga, sem que a sociedade possa saber quem pagou.

Não é por falta de leis severas — pelo contrário, é excessiva a severidade — que não se pratica a fiscalização dos gastos eleitorais. O candidato é proibido de gastar pessoalmente porque o partido é obrigado a distribuir, à maneira socialista, os recursos que ninguém fica sabendo de onde provém. Mas os candidatos gastam e se escondem depois sob a proteção do anonimato, dispensados de comprovar as despesas. A lei não instituiu o mecanismo fiscalizador e se esqueceu de estabelecer penas para os infratores. Logo, é tudo uma farsa e, por ser um espetáculo deplorável, não autoriza a veemência patrulheira e antidemocrática do Sr. Ulysses Guimarães.

Os preconceitos ideológicos querem o acesso gratuito às emissoras de rádio e televisão para fingir que se elegem com os seus belos olhos e não com ajuda por baixo do pano. Querem que empresas privadas paguem — com horários gratuitos para elas, mas com altos custos para elas — e ainda sejam punidas? É o que se denomina, na retórica ideológica, de **antídoto** ao poder econômico.

Sejamos, pois, absolutamente francos: só a mais completa liberdade pode eleger uma Constituinte significativamente representativa das aspirações nacionais. Constranger, intimidar, inibir uma parcela da sociedade — exatamente a que corre riscos de desprender, que paga impostos e multiplica as oportunidades de emprego — porque se dispõe a ser parte ativa do processo democrático, não há dúvida de que é um jogo totalitário anacrônico e definitivamente condenado. Esse não tem antídoto.

O único antídoto para a liberdade é a liberdade. Tudo mais é má fé e farisaísmo.